



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU

N.º 46, DE 2013

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer informações ao Tribunal de Contas da União, sobre a fiscalização de fraudes no Fundeb em prefeituras do Pará.

DESPACHO:
SUBMETA-SE À MESA DIRETORA. PUBLIQUE-SE.

PUBLICAÇÃO INICIAL
Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base na Constituição Federal na forma do artigo 71, inciso 7º que seja encaminhado pedido de informações, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Presidente do TCU sobre a fiscalização das obras para a Copa do Mundo que possuem regime especial de contratação e que foram consideradas com irregularidades e a natureza de cada uma.

JUSTIFICATIVA

Segundo relatório recentemente apresentado pela Controladoria Geral da União (CGU) existe indícios de fraudes na aplicação de verbas do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação em pelo menos 73% dos 120 municípios e quatro secretarias estaduais investigadas entre 2011 e 2012 nos Estados do Pará, Alagoas, Pernambuco e Piauí. No Pará, a CGU fiscalizou 19 secretarias municipais de educação, além da Secretaria de Estado – Seduc.

Todos os recursos do Fundeb devem ser aplicados exclusivamente na educação básica e na complementação dos salários de professores, garantindo o cumprimento de toda a lei do piso nacional do magistério.. O fundo envolve recursos globais – somados todos os outros entes – mais de 106 bilhões de reais anualmente.

Foram descobertos erros e fraudes absurdas, como casos de professores recebendo valores abaixo do piso nacional e, e vários municípios, foram encontradas despesas incompatíveis com o objetivo do Fundeb, além de irregularidades em licitações.

O relatório aponta falhas administrativas, pois em 32,3% dos municípios fiscalizados houve movimentação de dinheiro fora das contas específicas e em 91,9% destes, o dinheiro foi depositado em aplicações financeiras enquanto não era utilizado.

Estas, senhor presidente, são as razões que nos movem a encaminhar o presente Requerimento de Informações ao Tribunal de Contas da União, para que sejam enviadas a esta Casa as informações acerca das informações detalhadas da investigação levada a cabo pela Controladoria Geral da União, em particular no Estado do Pará e quais ações que porventura estejam sendo realizadas para que tais fatos não ocorram novamente.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 2013.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA

FIM DO DOCUMENTO
